



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DO CANAÃ**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

**OF. N° 0327/2022 GP/PMSRC**

São Roque do Canaã (ES), 19 de setembro de 2022.

Ao Exmo. Sr.

**João Carlos Valadão**

Presidente da Câmara Municipal em Exercício  
Câmara Municipal de São Roque do Canaã - ES

MARCOS GERALDO  
GUERRA:69001952704

Assinado digitalmente  
por MARCOS  
GERALDO  
GUERRA:69001952704  
Data: 2023.03.28  
09:07:24 -0300

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Temos a honra de nos dirigir a Vossa Excelência e, por seu intermédio, aos nobres membros dessa Casa Legislativa, para submeter ao exame dessa Egrégia Casa de Leis, o incluso Projeto de Lei, em regime de **Urgência Especial**, que dispõe sobre alterações da **LEI COMPLEMENTAR N° 001/2021 de 16 de dezembro de 2021**.

Na oportunidade reiteramos as expressões do nosso elevado apreço e consideração.

Atenciosamente,

**MARCOS GERALDO GUERRA**  
Prefeito Municipal



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DO CANAÃ**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

São Roque do Canaã, 19 de setembro de 2022.

**MENSAGEM Nº 043/2022**

Exmo. Sr.

**João Carlos Valadão**

Presidente da Câmara Municipal em Exercício

Senhor Presidente,

Senhor Presidente, é com satisfação que nos dirigimos a esta Casa de Leis, para encaminhar através de Vossa Excelência, em **REGIME DE URGÊNCIA ESPECIAL**, o incluso Projeto de Lei, dispondo sobre alteração da Lei Complementar Municipal nº 001/2021, a qual, corrige incongruências encontradas após aprovação da citada lei complementar.

Cumpre esclarecer que as alterações propostas visam corrigir equívocos na redação da lei, bem como, não causam aumento de despesa e tampouco renúncia.

Em razão de relevância do assunto, solicitamos a aprovação deste Projeto de Lei em regime de Urgência Especial.

Contamos com Vossa Excelência e Nobres Edis dessa Casa de Leis na apreciação e aprovação deste projeto de lei, pelo que desde já agradecemos, ao tempo em que reafirmamos protestos de distinta consideração e apreço.

Atenciosamente,

**MARCOS GERALDO GUERRA**

Prefeito Municipal



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DO CANAÃ**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

**LEI COMPLEMENTAR Nº 002, DE 07 DE OUTUBRO DE 2022**

Publicado no DOM/AMUNES, no dia 10/10/2022, na(s) página(s) 141/148, Edição nº. 2.120.

\_\_\_\_\_  
**Chefe de Gabinete**

**DISPÕE SOBRE ALTERAÇÕES NA LEI  
COMPLEMENTAR Nº 001/2021 E DÁ  
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O **PREFEITO MUNICIPAL** de São Roque do Canaã, Estado do Espírito Santo, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do Art. 57 da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei.

**Art. 1º.** Os artigos 13, 41, 90, 91, 96, 120, 128, 131, 135, 140, 153, 179, 182, 189, 296, 304, 308, 309, 329, 331, 332, 333, 335, 337, 383, 384, 385, 386, 395, 421, 432, 455, 456, 457, 458, 461 e 462, da Lei Complementar nº 01 de 16 de dezembro de 2021 passam a vigorar com as seguintes redações:

**“Art. 13. ....**

.....

VI - as hipóteses de suspensão, extinção e exclusão de créditos tributários e não tributários, a dispensa ou redução de penalidades.”

**“Art. 41. ....**

.....

§ 4º. A isenção de que trata este artigo, não será obstada pela existência de outros débitos do contribuinte para com o fisco municipal.”

**“Art. 90.** Na prestação dos serviços referentes aos subitens 7.02 e 7.05 da lista de serviços constante da Tabela I do Anexo I desta Lei Complementar, o imposto será calculado sobre o preço do serviço, deduzidas as parcelas correspondentes, em até no máximo 40% (quarenta por cento):

.....”

**“Art. 91. ....**

.....

§ 8º. Quando se tornar difícil a verificação do preço dos materiais aplicados à obra ou caso o contribuinte queira optar pelo regime presumido de dedução de materiais, sem a obrigatoriedade da comprovação, as empresas prestadoras dos serviços previstos nos subitens 7.02 e 7.05 da lista de serviços constante da Tabela I do Anexo I desta Lei Complementar poderão optar pela dedução de até 40%



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DO CANAÃ**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

(quarenta por cento) do total da Nota de Prestação de Serviços por ela emitida a título de materiais aplicados.”

“**Art. 96.** Quando se tratar de prestação de serviços sob a forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte, o imposto será lançado de ofício, de forma fixa, anualmente, em até 05 (cinco) parcelas, cujo vencimentos se darão por meio de Decreto expedido pelo Chefe do Poder Executivo, e com base nos elementos constantes do cadastro econômico, conforme valores correspondentes na Tabela I do Anexo I desta Lei Complementar.

.....

§ 5º. O lançamento de ofício, conforme descrito no caput deste artigo, fica estabelecido da seguinte forma:

I – Cujas atividades sejam necessários níveis de escolaridade de ensino fundamental: 1886 VRTE’s por ano;

II – Cujas atividades sejam necessárias o nível de escolaridade de ensino médio: 3772 VRTE’s por ano;

III – Cujas atividades sejam necessários níveis de escolaridade de ensino técnico ou superior: 7544 VRTE’s.”

“**Art. 120.** .....

.....

(...)

§ 2º. No Livro de Registro de Serviços Tomados deverão ser escriturados, eletronicamente, todos os serviços tomados de pessoa física ou jurídica, estabelecida ou não, no Município de São Roque do Canaã, mesmo sem incidência de imposto a recolher.”

“**Art. 128.** .....

.....

XIII - indicação de serviço não tributável pelo Município de São Roque do Canaã, quando for o caso;”

“**Art. 131.** A Nota Fiscal de Prestação de Serviços Eletrônica - NFS-e poderá ser cancelada pelo emitente, por meio do sistema, em até 02 (duas) horas, após à sua emissão, devendo ser informado o motivo e o número da nota fiscal emitida em sua substituição, se for o caso.

**Parágrafo único.** Após o prazo informado no caput deste artigo, a NFS-e somente poderá ser cancelada pela Repartição Fiscal competente, em até 60 (sessenta) dias, e por meio de processo administrativo, informando o motivo e a NFS-e emitida em sua



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DO CANAÃ**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

substituição, devendo conter a anuência do tomador de serviço, em documento inidôneo e com reconhecimento de firma.”

**“Art. 135. ....**

.....

§ 2º. A base de cálculo será o preço do serviço com a aplicação da alíquota praticada no Município de São Roque do Canaã, de acordo com a lista de serviços constante da Tabela I do Anexo I desta Lei Complementar.”

**“Art. 140. ....**

.....

§ 3º. A não conversão ou a conversão fora do prazo do RPS em NFS-e, sujeitará o prestador de serviços à penalidade prevista na legislação tributária do Município de São Roque do Canaã.

.....”

**“Art. 153. ....**

.....

§ 4º. A infração pela não entrega das declarações DEMED e DECRED dentro do prazo legal, implicará na aplicação da penalidade prevista na legislação tributária Municipal de São Roque do Canaã.”

**“Art. 179** As licenças e suas renovações serão concedidas sob a forma de Certificado de Licenciamento Integrado ou Alvará, e deverão ser renovados até o dia 30 de abril cada ano.

**Parágrafo único.** As renovações do Certificado de Licenciamento Integrado ou Alvará de localização, só serão efetivadas mediante pagamento da taxa de renovação, conforme item 56, tabela III, anexo I desta Lei Complementar.”

**“Art. 182.** Os estabelecimentos que exerçam atividades de diversões públicas, somente poderão iniciar suas atividades com o devido alvará expedido pelo Município de São Roque do Canaã”.

**“Art. 189.** A renovação da Taxa de Licença para Localização e Fiscalização para Funcionamento deverá ser recolhida pelo sujeito passivo em uma única parcela, com vencimento até o dia 31 de março de cada ano.

.....”

**“Art. 296.** As empresas cuja atividade seja de serviços contábeis, optantes pelo simples nacional, deverão recolher o Imposto Sobre





**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DO CANAÃ**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Serviços de Qualquer Natureza-ISSQN fixo mensal, no valor de 50 VRTE's, conforme dispõe o parágrafo 22-A do Art. 18 da Lei Complementar 123/2006, exceto aquelas que desenvolverem atividades em caráter empresarial.”

**“Art. 304. ....**

.....

II - o sucessor a qualquer título e o cônjuge meeiro, pelos débitos tributários ou não tributários do "de cujus", existente até a data da partilha ou da adjudicação, delimitada a responsabilidade ao montante do quinhão, do legado ou da meação;

III- o espólio pelos débitos tributários ou não tributários do "de cujus" existentes a data de abertura da sucessão.”

**“Art. 308.** A pessoa natural ou jurídica de direito privado que adquirir de outra, por qualquer título, fundo de comércio ou estabelecimento comercial, industrial ou profissional e continuar a respectiva exploração, sob a mesma razão social denominação ou firma individual, responde pelos débitos tributários ou não tributários relativos ao Fundo ou estabelecimento adquirido, devidos até a data do respectivo ato:

.....”

**“Art. 309. ....**

I - os pais, pelos débitos tributários ou não tributários dos filhos menores;

II - os tutores e curadores, pelos débitos tributários ou não tributários dos seus tutelados ou curatelados;

III - os administradores de bens de terceiros pelos débitos tributários ou não tributários destes;

IV - o inventariante pelos débitos tributários ou não tributários do espólio;

V - o síndico e o comissário pelos débitos tributários ou não tributários da massa falida ou do concordatário.

VI – (...)

VII - os sócios pelos débitos tributários ou não tributários de sociedade de pessoas no caso de liquidação.”

**“Art. 329. ....**

I – .....



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DO CANAÃ**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

a) Utilização de índice oficial de atualização monetária dos créditos tributários e não tributários do Município através de Decreto Municipal;

.....

III – .....

a) multa de 0,33% (trinta e três décimos por cento) ao dia, até o limite de 10% (dez por cento) sobre o valor devido, acrescido de correção, enquanto o débito não for inscrito em Dívida Ativa;

b) multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor devido, acrescido de correção, para os débitos inscritos em Dívida Ativa.

IV - .....

a) multa de 0,33% (trinta e três décimos por cento) ao dia, até o limite de 10% (dez por cento) sobre o valor devido, acrescido de correção, tratando-se de recolhimento voluntário;

b) multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor devido, acrescido de correção, tratando-se de lançamento ou recolhimento mediante ação da fiscalização.

V - .....

a) .....

1) multa de 0,33% (trinta e três décimos por cento) ao dia, até o limite de 10% (dez por cento) sobre o valor devido, acrescido de correção, em se tratando de recolhimento voluntário;

2) multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor devido, acrescido de correção, em se tratando de recolhimento mediante ação da fiscalização.

b) .....

1) tratando-se de recolhimento voluntário, antes do início de procedimento fiscal, multa de 0,33% (trinta e três décimos por cento) ao dia, até o limite de 10% (dez por cento) sobre o valor devido, acrescido de correção;

2) tratando-se de simples atraso no pagamento, estando devidamente escriturada a operação e o montante do tributo devido, apurada a infração mediante procedimento fiscal, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor devido, acrescido de correção.

3) tratando-se da prática de sonegação fiscal ou de crime contra a ordem tributária, conforme definidos nas Leis Federais nº 4.729 de 14 de Julho de 1965, nº 8.137 de 27 de Dezembro de 1990 e nº 12.529 de 30 de Novembro de 2011, multa de 50% (cinquenta por cento) do valor devido, acrescido de correção, sem prejuízo das demais cominações



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DO CANAÃ**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

aplicáveis, sem prejuízo de representação por parte do Município, perante o Ministério Público com o propósito de promover a investigação criminal e a aplicação das penalidades aplicáveis e previstas em lei.

VI - .....

VII – Os débitos não tributários, sofrerão os acréscimos legais a título de atualização monetária, conforme abaixo:

a) multa de 0,33% (trinta e três décimos por cento) ao dia, até o limite de 10% (dez por cento) sobre o valor devido, acrescido de correção, enquanto o débito não for inscrito em dívida ativa, e em se tratando de recolhimento voluntário;

b) multa de mora de 20% (vinte por cento) sobre o valor devido, acrescido de correção, para os débitos inscritos em dívida ativa;

c) juros de mora à razão de 1% (um por cento) ao mês, devidos a partir do mês seguinte a ocorrência do lançamento e calculados sobre o valor corrigido do principal.”

“**Art. 331.** A ação para cobrança de crédito tributário ou não tributário prescreve em 5 (cinco) anos, contados da data da sua constituição definitiva.”

“**Art. 332.** O débito tributário ou não tributário, vencido, não prescrito, executado ou não judicialmente, devidamente atualizado e corrigido nos termos do Artigo 329 desta Lei Complementar a critério do Município, da Administração e do Órgão Fazendário, poderá ser parcelado e reparcelado através da Concessão de Anistia e aprovação de Programas de Recuperação Fiscal-REFIS, em regime opcional e especial de consolidação dos débitos fiscais.

.....

§2º. Os Programas de Concessão de Anistia e de Recuperação Fiscal-REFIS, deverão oportunizar ao contribuinte o resgate dos seus débitos tributários ou não tributários de acordo com os princípios estabelecidos no Artigo 145, §1º, da Constituição Federal, porém não poderão caracterizar renúncia de receita vedada pelo Artigo 14, §1º da lei Complementar Federal nº 101 de 4 de Maio de 2000 que Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.”

“**Art. 333.** O Município sempre que o interesse público exigir poderá compensar crédito tributário ou não tributário da Fazenda Pública, com créditos líquidos e certos vencidos ou vincendos do sujeito passivo, pessoa física ou jurídica contribuinte e devedora, contra quem o tributo